

MARCHA DAS MARGARIDAS: NOVAS NUANCES NAS LUTAS POR DIREITOS NO CAMPO

Leonilde Servolo de Medeiros*

No mês de agosto de 2007, realizou-se em Brasília a terceira Marcha das Margaridas, evento resultante de um amplo processo de mobilização de mulheres trabalhadoras rurais. Tal mobilização é promovida em todos os estados do país pela CONTAG, pelas Federações de Trabalhadores na Agricultura, pelos Sindicatos de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais e pela Central Única dos Trabalhadores, em parceria com alguns movimentos de mulheres e movimentos feministas, como o Movimento das Mulheres Trabalhadoras Rurais do Nordeste, o Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu, o Conselho Nacional dos Seringueiros, o Movimento Articulado de Mulheres da Amazônia, a Marcha Mundial das Mulheres, a Rede de Mulheres Rurais da América Latina e Caribe e a Coordenadora de Organizações de Produtores Familiares do Mercosul.

Embora com pouca visibilidade na mídia, a Marcha reuniu um número expressivo de mulheres trabalhadoras do campo (cerca de 30 mil, segundo os organizadores) para apresentar suas reivindicações ao Presidente da República. O encerramento da Marcha contou com a presença de diversas autoridades, tais como os ministros do Desenvolvimento Agrário, da Saúde e do Turismo, os representantes da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres e da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial. Poucos dias antes, também com a presença de representantes das trabalhadoras rurais, realizara-

se a II Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres, visando discutir e avaliar a implementação do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres. Essa recepção mostra não só uma capacidade de se fazer ver, como reitera um dos objetivos centrais do evento: estabelecer diálogo com os poderes públicos.

Embora as discussões sobre relações de gênero no interior do sindicalismo remontem, pelo menos, ao final dos anos 1980, a primeira Marcha das Margaridas ocorreu em 2000, trazendo a público temas que já vinham sendo tratados em congressos e encontros sindicais, mas que ganharam maior visibilidade por meio da realização de um evento próprio. Nessa ocasião, afloraram questões recorrentes nas pautas de reivindicações dos trabalhadores do campo, mesclados a outros, relacionados diretamente à questão de relações de gênero, como a demanda por igualdade de direitos e a crítica à violência sexista. Uma nova Marcha verificou-se em 2003, reiterando as reivindicações.

A denominação “Marcha das Margaridas” faz uma referência à história das lutas no campo por meio da homenagem a Margarida Maria Alves, liderança sindical paraibana assassinada no ano de 1983, ainda durante o regime militar, em razão de sua militância em defesa dos direitos trabalhistas. Essa identificação remete não só à condição de mulher e de trabalhadora, mas também à firmeza e coragem (o refrão da música tema da marcha é “estão chegando as decidi-

das”). Como tal, aponta para a inserção das mulheres nas mobilizações e demandas que vêm marcando as lutas sociais no Brasil desde o final dos anos 1970.

Desde os anos 1970, como é sabido, aflorou uma série de demandas por reconhecimento e direitos daqueles que viviam no campo: “sem-terra”, “atingidos por barragens”, “seringueiros”, “canavieiros”, “pequenos agricultores”, enfim uma enorme gama de identidades que falavam de particularidades de grupos, mas que principalmente mostravam que a questão agrária brasileira era multifacetada e complexa. Aos poucos, esses novos atores foram também incorporando uma dimensão de gênero nas suas reivindicações e incluíram em seus debates e discursos temas como direitos da mulher e condições para igualdade de gênero, tanto no espaço público como no lar. Esse processo foi fruto tanto da intensa participação das mulheres

nas mobilizações que marcaram os anos 1980 e 1990, quanto da constatação de que muitas vezes alguns dos resultados das lutas beneficiavam desigualmente homens e mulheres. É o caso, por exemplo, do acesso à terra pela política de assentamentos: a titulação em nome do casal foi resultado de pressões, originárias de movimentos de mulheres, que implicaram em mudanças legais.

Seguindo um padrão de ação que marca a prática do sindicalismo rural no país, as Marchas vêm reforçando a cultura dos grandes eventos que culminam com um ato espetacular na capital federal e a entrega de um conjunto de demandas ao governo. É uma prática que se consolidou por meio dos Gritos da Terra, mobilização anual promovida pelo sindicalismo rural, desde o início dos anos 1990 e que já compõe a rotina de suas atividades. Nesses eventos, temas diversos são retomados e atualizados, compondo uma pauta ampla que reflete desde demandas pontuais e de grupos particulares até aquelas que se referem a temas amplos, como reforma agrária, política de desenvolvimentos, educação, previdência e saúde no campo.

A Marcha das Margaridas de 2007 retomou algumas das reivindicações básicas dos trabalhadores

do campo, iniciando pela reforma agrária. Reafirmou temas candentes como **(a)** o estabelecimento de medidas legais para estabelecer um tamanho máximo para a propriedade da terra, especialmente para estrangeiros; **(b)** a atualização dos índices de produtividade agropecuária; **(c)** o reconhecimento e descriminalização da luta pela terra; e **(d)** o cumprimento da função socioambiental da terra, não permitindo a existência de propriedades que tenham terras improdutivas, que degradem o meio ambiente e desrespeitem os direitos trabalhistas ou pratiquem o trabalho escravo. As participantes reivindicam ainda medidas relacionadas à segurança alimentar e nutricional, numa ótica que valorize a dimensão cultural da alimentação. Com isso retomam a crítica ao modelo com base no apoio ao agronegócio e o hidronegócio e colocam a agroecologia em primeiro plano como modelo produtivo.

No que se refere às relações de gênero, demandam políticas diferenciadas para as mulheres, a partir da constatação de que, num contexto socioeconômico, cultural e político de opressão e discriminação de gênero, são as mulheres, em especial as jovens, as mais atingidas pela exclusão social e vulnerabilidade.

Essa realidade se reflete no grande contingente de mulheres “chefes de família”, um reconhecido indicador da feminização da pobreza.

Um outro ponto das demandas das “margaridas” foi a crítica às políticas que têm estimulado a redução do emprego assalariado com vínculo empregatício e a ampliação de medidas que flexibilizam regras e direitos trabalhistas. A esses temas se acopla ainda a defesa tanto de uma política de valorização do salário mínimo como de uma “política de desenvolvimento que não pode se confundir com crescimento econômico”. Assim, reitera-se a defesa de condições de vida digna em especial para as mulheres, que sofrem intensamente as conseqüências da discriminação e desigualdade de gênero e raça. A pauta envolveu ainda a defesa das atuais regras diferenciadas para o acesso aos direitos previdenciários (em especial no que se refere à

“A incorporação de uma dimensão de gênero nas reivindicações sindicais foi fruto tanto da intensa participação das mulheres nas mobilizações que marcaram os anos 1980 e 1990, quanto da constatação de que, muitas vezes, alguns dos resultados das lutas beneficiavam desigualmente homens e mulheres”

aposentadoria) entre, de um lado, mulheres e homens e, de outro, trabalhadores urbanos e rurais.

Destaca-se também a afirmação da necessidade de programas especiais para as populações do campo, como a aprovação, pelo Conselho Nacional de Saúde, da Política Nacional de Saúde das Populações do Campo e da Floresta. Nesse sentido, segundo as participantes da Marcha, é necessário assegurar a intervenção sobre problemas relacionados ao processo de trabalho e às ameaças à vida no campo e na floresta, sem deixar de lado temas genéricos como os referentes à saúde da mulher (com atenção à saúde sexual e reprodutiva e à violência sexual e doméstica). Com o mesmo espírito, defendem a construção de princípios e diretrizes metodológicas, curriculares e pedagógicas que busquem assegurar relações igualitárias de gênero nas orientações da política nacional de educação no campo. Finalmente, pedem divulgação e efetivo cumprimento da Lei Maria da Penha, que prevê penas mais duras para os responsáveis pela violência sexista, por meio de um conjunto de ações adaptadas ao espaço rural, já que aí se nota um maior isolamento, o que facilita a violação de direitos.

Este vasto leque de demandas pode ser lido sob várias óticas. A mais evidente é a que está explicitada na própria pauta e que remete, como afirmado acima, a uma espécie de ritual reivindicativo, no qual se busca chamar a atenção do Estado para sua existência e afirma direitos que vêm sendo

demandados e reconhecidos a duras penas. No entanto, não é só ao Estado que eventos como esses se dirigem: eles podem ser lidos como exercícios de difusão de valores e concepções, uma prática educativa que se propaga lentamente, fazendo com que as trabalhadoras venham a conhecer seus direitos. Essa dimensão só pode ser apreendida por meio da observação do processo de preparação do evento, das reuniões locais, do processo molecular de produção de adesão e engajamento. É nesses momentos que as palavras de ordem revelam sua força, tensionando os lugares tradicionalmente estabelecidos para homens e mulheres nas relações familiares e nas diferentes dimensões de seu cotidiano.

Para além das disputas políticas que permeiam as organizações de mulheres no campo e que são uma das dimensões daquelas que ocorrem no plano da representação dos trabalhadores, é interessante observar que cada vez mais mulheres vêm assumindo postos de direção e lugares de destaque nas organizações de trabalhadores rurais. Essa nova realidade tem sido fundamental para a incorporação de novos temas na agenda ou novas formas de olhar temas antigos. Essa é uma das mudanças silenciosas, mas efetivas e relevantes que vêm se operando no campo brasileiro.

* Professora do CPDA/UFRRJ, pesquisadora do CNPq, da Faperj e do Observatório de Políticas Públicas para a Agricultura (OPPA)

Coordenador
Sergio Leite

Pesquisadores

Georges Flexor, Jorge Romano, Leonilde Medeiros, Nelson Delgado, Philippe Bonnal e Renato S. Maluf

Assistentes de Pesquisa
Karina Kato e Silvia Zimmermann

Secretária
Diva de Faria

op
pa **Observatório de Políticas**
Públicas para a Agricultura

cpda Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais
em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade
UFRRJ - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Endereço: Av. Presidente Vargas, 417 / 8º andar
Centro Rio de Janeiro - RJ CEP 20071-003

Telefone: 21 2224 8577 – r. 214
Fax: 21 2224 8577 – r. 217
Correio eletrônico: oppa@ufrj.br
Site eletrônico: www.ufrj.br/cpda

Apoio



actionaid



Ministério do
Desenvolvimento Agrário

